



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 430/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00333 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de São Carlos

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informações acerca de quais são as tecnologias e equipamentos de comunicação alternativa que a Escola Estadual Professor Segundo Carlos Lopes, tem para alfabetização de meu filho. Demanda adequadamente atendida. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 430/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação – LAI, o órgão forneceu uma lista com a relação de materiais de tecnologia assistida disponíveis na unidade escolar. Em recurso o ente esclareceu que: *"Não se pode indicar "a" Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica que será utilizada para um determinado aluno na sua vida escolar ou mais especificamente em uma etapa do processo de sua aprendizagem e desenvolvimento. Visto que no cotidiano, na vivência escolar, são feitos planos, projeções e adaptações pelo professor sempre que requerido pelo aluno para à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social"*. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente explicou que *"foram elencados todos os materiais disponíveis na unidade escolar classificados como Tecnologia Assistiva, pois estes poderão ser utilizados junto ao aluno O.O.S. ao longo de sua vida escolar, visto que o ato de ensinar e aprender é processual, não linear e diverso, com o objetivo de contemplar as potencialidades e necessidades dos alunos, inviabilizando que sejam nomeados este ou aquele equipamento, estratégia, recurso e tempos que serão "utilizados" na formação do indivíduo, cabendo ao professor, a partir de sua intencionalidade pedagógica, seleciona-los e defini-los conforme a situação"*. Cientificada, a solicitante demonstrou-se insatisfeita com a resposta e reiterou a solicitação.
4. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nesse sentido,

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

- cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida LAI.
5. Cabe salientar que a Controladoria Geral do Estado, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
  6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, com alterações posteriores.
  7. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
  8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos

São Paulo, 26 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público